



OS DISCURSOS RACIAIS EM *O MULATO*, DE ALUÍSIO AZEVEDO E A QUESTÃO DA MESTIÇAGEM

Simone Beatriz de Paula Vazes¹
Wellington Furtado Ramos²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo (2003 [1881]), principalmente no que concerne à problemática da representação de estereótipos raciais empregados na construção do protagonista mestiço, Raimundo, filho de Domingas, uma mulher escravizada alforriada, com o comerciante português José Pedro da Silva. Na narrativa, Raimundo, após passar alguns anos estudando em Portugal, retorna para sua terra natal no Maranhão, numa sociedade marcada pelas relações escravistas, onde o protagonista, sem ter conhecimento de sua ascendência, depara-se com o preconceito racial dos familiares e da população local. Nesse sentido, a obra, que teve sua primeira publicação em 1881, será analisada para compreender questões acerca da mestiçagem e da discriminação em um período histórico e social do Brasil marcado pelo escravagismo. O presente trabalho está fundamentado em pesquisas bibliográficas e na exploração de conceitos relacionados às questões raciais, principalmente no que concerne ao tema da mestiçagem, como: a ideologia do branqueamento como proposta por Hofbauer (2002) e desenvolvida por estudiosos racialistas no período pós-abolição como uma possibilidade de branquear a população brasileira, além das discussões levantadas acerca de raça, miscigenação e mestiçagem por Munanga (2015) e ainda nos estudos de Bhabha (1998) acerca dos estereótipos no discurso colonialista que impedem a articulação e a circulação do significante raça para além da sua fixidez: o racismo.

Palavras-chave: Aluísio Azevedo. *Mulato*. Mestiçagem. Raça. Estereótipos.

THE RACIAL DISCOURSES IN MULATTO, BY ALUISIO AZEVEDO AND THE MIXED-RACE ISSUE

Abstract: *The present work aims to analyze the novel Mulatto, by Aluísio Azevedo (2003 [1881]), mainly with regard to the problem of the representation of racial stereotypes used in the construction of the mestizo protagonist, Raimundo, son of Domingas, an enslaved woman who received manumission, with Portuguese trader José Pedro da Silva. In the narrative, Raimundo, after spending a few years studying in Portugal, returns to his homeland in Maranhão, a society marked by slavery relations, where the protagonist, without having knowledge of his ancestry, comes across with the racial prejudice of family*

1 Graduada em Artes Visuais - Bacharelado com Habilitação em Artes Plásticas pela UFMS. Mestranda em Estudos de Linguagens (Literatura, Estudos Comparados e Interartes) no PPGEL/UFMS. Bolsista CAPES. ORCID: 0000-0001-7475-6685. E-mail: simonebeatriz333@gmail.com.

2 Doutor em Letras (Estudos Literários), mestre em Estudos de Linguagens (Teoria Literária e Estudos Comparados) e graduado em Letras Português/Inglês (2007) pela UFMS. É Professor Adjunto, da Carreira do Magistério Superior, da UFMS na área de Letras/Teoria Literária. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL/UFMS). ORCID: 0000-0002-3847-5760. E-mail: furtado.ramos@outlook.com.

members and local population. In this sense, the work, which had its first publication in 1881, will be analyzed to understand questions about mixed race people and discrimination in a historical and social period in Brazil marked by slavery. The present work is based on bibliographic research and the exploration of concepts related to racial issues, mainly with regard to the theme of miscegenation, such as: the whitening ideology as proposed by Hofbauer (2002) and developed by racist scholars in the post-abolition period as a possibility to whiten the Brazilian population, in addition to the discussions raised about race and miscegenation by Munanga (2015), and in the studies of Bhabha (1998) about stereotypes in colonialist discourse that prevent the articulation and circulation of the significant race beyond its fixity: racism.

Keywords: Aluisio Azevedo. Mulatto. Mixed-Race. Race. Stereotypes.

Introdução

O romance *O Mulato* de Aluísio Azevedo foi um marco do Naturalismo no Brasil, publicado em uma época movimentada no País, com o fim da Monarquia e a abolição da escravatura. Segundo Oliveira (2015), o sociólogo Gilberto Freyre aponta que há a união de duas forças congregadas em uma só no final do século XIX, que embaraça o cenário fixo entre a *Senzala* e a *Casa Grande*: o mulato e o bacharel.

O enredo do livro é situado na província do Maranhão oitocentista, segundo Costa (2018), um território marcado pela existência de engenhos e de mão de obra escravizada, além de passar nessa época, de acordo com os discursos das elites do Império, por um processo de derrocada econômica, situação que marcou a representação da província pela decadência. Em São Luís existia um dos portos do Império onde eram recebidos os navios com africanos escravizados, destaca Costa (2018); somente em 1885 a comercialização de cativos foi proibida formalmente.

No enredo de *O Mulato*, o protagonista Raimundo retorna para sua cidade natal, São Luís, no Maranhão, após passar anos estudando em Lisboa, com o objetivo de resolver pendências acerca da propriedade herdada do pai, um comerciante português falecido. O personagem se hospeda na casa do seu tio Manuel Pescada e mais tarde se apaixona por sua prima Ana Rosa. O romance entre ambos não foi visto com bons olhos devido à origem racial de Raimundo, um sujeito mestiço, resultado da relação de seu pai com Domingas, uma mulher negra e escravizada. Em conversa com Raimundo, o pai de Ana Rosa responde:

Recusei-lhe a mão de minha filha, porque o senhor é... é filho de uma escrava [...] O senhor é um homem de cor! [...] Já vê o amigo que não é por mim que recusei Ana Rosa, mas é por tudo! A família de minha mulher

sempre foi muito escrupulosa a esse respeito, e como ela é toda sociedade do Maranhão! (AZEVEDO, 2003, p.79).

As visões de Azevedo sobre São Luís, de acordo com Castello (1953), eram uma crítica aos preconceitos da sociedade maranhense da época e o motivo para a criação do romance foi provavelmente influenciado pelo clima produzido pela campanha abolicionista. A economia do Maranhão, segundo Mérian (2013), se apoiava no trabalho escravo, a indústria era subdesenvolvida e a agricultura era a principal atividade econômica. Esses elementos reforçavam a oposição dos políticos de diferentes ideologias quanto à abolição da escravatura.

O referencial dos pensadores brasileiros para a abordagem da mestiçagem no final do século XIX, segundo Munanga (2015), partiu das ideias de cientistas sociais estadunidenses e europeus, existindo uma ambivalência entre aqueles que defendiam a mestiçagem como forma de demonstrar a unidade da espécie humana, aqueles que a condenavam por ser uma forma de degradação da boa raça e outros que a viam como um modo de reestabelecer os traços originais da espécie. Contudo, Munanga (2015, p.49) afirma que a maioria dos pensadores nacionais acreditava na degenerescência do mestiço, devido à inferioridade das raças não brancas:

Apesar das diferenças de pontos de vista, a busca de uma identidade étnica única para o País tornou-se preocupante para vários intelectuais desde a primeira República: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre etc., para citar apenas os mais destacados. [...] Todos, salvo algumas exceções, tinham algo em comum: influenciados pelo determinismo biológico do século XIX e início deste, acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a negra, e na degenerescência do mestiço.

No século XX, argumenta Munanga (2015), por meio dos textos de Gilberto Freyre, houve uma transformação da mestiçagem em um valor positivo para a nação, que caracterizou uma mudança no que antes era considerado uma degenerescência entre diversos estudiosos do século XIX. Freyre consolidou o mito originário brasileiro, segundo Munanga (2015) baseado na união das três raças: negra, índia e branca; a miscigenação biológica resultou também em uma mistura cultural, resultando no desenvolvimento do mito da democracia racial. Entretanto, essa valorização, ao menos no terreno dos discursos, não estava presente nos oitocentos, num período marcado por teorias racialistas, como evidencia Azevedo no tratamento discriminatório que o mulato

Raimundo recebe da sociedade, apesar de possuir boas condições financeiras e possuir uma aparência próxima aos brancos.

1. O estigma racial ao redor do personagem Raimundo

A trama é desenvolvida principalmente ao redor do romance proibido entre Ana Rosa e Raimundo, além do estigma racial imposto ao personagem principal. Ao descrever o protagonista Raimundo, Azevedo (2003, p.40) escreve:

Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro, se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai.

Cabelos muito pretos, lustrosos e crespos, tez morena e amulatada, mas fina. Dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode, estatura alta e elegante, pescoço largo, nariz direito e frente espaçosa.

Esse trecho expressa o preconceito racial ao afirmar que se não fossem os olhos azuis herdados do pai, Raimundo seria um tipo acabado e é um exemplo de uma ideologia perversa que buscava na miscigenação, a possibilidade de branquear a população brasileira. É importante mencionar que na edição original de 1881³ (AZEVEDO, 1881, p.50), disponibilizada para consulta pública, não consta a palavra “acabado” nos escritos de Azevedo. Essa palavra que denota um julgamento de caráter racial é colocada posteriormente em novas edições da obra:

Raimundo era um bonito rapaz de vinte e seis anos, um tipo verdadeiramente brasileiro se não fossem os grandes olhos azuis, que puxara ao pai, tinha os cabelos muito pretos, lustrosos e crespos, a tez morena, um pouco amulatada, porém pálida e fina, os dentes claros, que mais sobressaíam na negrura indiana do bigode, tinha a estatura alta e elegante, o pescoço largo, o nariz direito e a frente espaçosa.

O termo *raça* recebeu significados diferentes ao longo do tempo. Munanga (2004) afirma que o termo foi utilizado inicialmente no campo das ciências naturais para a classificação de espécies animais e vegetais. No latim medieval, segundo Munanga (2004) começou a indicar linhagem e somente no século XVII, o termo foi empregado no sentido moderno da palavra, ou seja, para a classificação da diversidade dos seres humanos em grupos que possuem distinções físicas e somente no século XX foi reconhecida a invalidade biológica de diferentes raças humanas.

3 A versão de 1881 pode ser consultada no endereço online:
<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018282&bbm/4812#page/1/mode/2up>. Data de acesso: 27 mai. 2020.

Na visão da elite nacional, segundo Munanga (2015), a pluralidade racial gerada durante o processo colonial era um obstáculo para a construção de uma nação que se pensava branca, preocupação que explica o grande destaque dado à raça nos debates nacionais travados no fim dos oitocentos. Para Guimarães (2003), o que denominamos atualmente como racismo, só existe por conta da ideia de raças entre os seres humanos, de subespécies, compostas por qualidades distintas. Essas ideias acerca da diferenciação sobre as pessoas, possibilitaram a criação de uma hierarquia entre sociedades e populações humanas, justificada por meio de doutrinas complexas e com efeitos desastrosos ao longo da história.

O desenvolvimento de ideias que falsamente determinavam a existência de diferentes raças entre seres humanos reforçou o estabelecimento de identidades com base na aparência física e origem das pessoas. Novaes (1993) argumenta que a identidade existe apenas no plano do discurso, como um recurso da criação de um “nós coletivo”. O “nós” se refere a uma identidade, que significa uma ideia de igualdade, que não é verificada efetivamente, porém se apresenta como um recurso imprescindível ao sistema de representações. Novaes (1993) defende que o caráter indispensável da identidade, fundamentado na descoberta, reafirmação ou até mesmo na criação cultural das semelhanças de um grupo, possibilita em uma situação de confronto, as condições de reivindicações de um espaço social e político de atuação.

2. O estereótipo e o branqueamento como ferramenta ideológica do poder

O discurso colonial depende da fixidez para construir ideologicamente a alteridade, afirma Bhabha (1998). Essa fixidez possui uma ambivalência, ao mesmo tempo, conota algo imutável e rígido, mas também apresenta desordem e repetição. Para Bhabha (1998, p.127), o estereótipo é a principal estratégia discursiva colonial, é a força paradoxal do que está sempre no lugar e a sua ansiosa repetição que proporciona a validade para o estereótipo:

O discurso racista estereotípico, em seu momento colonial, inscreve uma forma de governamentalidade que se baseia em uma cisão produtiva em sua constituição do saber e exercício do poder. Algumas de suas práticas reconhecem a diferença por raça, cultura e história como sendo elaboradas por saberes estereotípicos, teorias raciais, experiência colonial administrativa e, sobre essa base, institucionaliza uma série de ideologias políticas e culturais que são preconceituosas, discriminatórias, vestigiais, arcaicas, “míticas”, e, o que é crucial, reconhecidas como tal.

Os estereótipos, segundo Hall (2016, p.243), são “[...] um conjunto bruto de representações mentais do mundo.” Com a conservação do sentimento de diferença entre o “eu” (*self*) e o objeto que se transforma no “outro”, que sem enxergar uma linha real de separação entre o *self* e o outro, vê a necessidade de desenhar uma linha imaginária, contudo essa linha não é fixa e os estereótipos negativos ainda possuem um contrapeso positivo e podem ocorrer alterações dos paradigmas de nossas representações mentais do mundo (Hall, 2016).

Os obstáculos enfrentados por Raimundo ao longo da trama, evidenciam o tratamento hostil dispensado aos descendentes de pessoas escravizadas, independente do seu grau de instrução e classe social. O protagonista tem a sua individualidade desconsiderada por estereótipos raciais e encarna um “mulato trágico”⁴ brasileiro, tão próximo da branquitude, mas não o bastante para a sociedade maranhense oitocentista. O seu destino dramático é selado pelo seu rival e assassino: o português Luis Dias, que ainda se casa e tem filhos com Ana Rosa:

[...] boquejava-se largamente sobre a morte misteriosa do Dr. Raimundo. Era a ordem do dia.

Contava-se o fado mil modos, inventavam-se lendas, improvisavam-se romances. O cadáver, fora recolhido à Santa Casa da Misericórdia, procedeu-se a um corpo de delito, chegara-se à conclusão que o paciente morrera a tiro de bala, porém não se conseguiu descobrir o assassino. (AZEVEDO, 1881, p.478).

Os mecanismos de exclusão social ainda dominantes no Brasil, de acordo com Hofbauer (2002), diferem-no das tradições de discriminação racial em países como África do Sul e Estados Unidos. A diferenciação reside em duas ideologias que caracterizam a situação do racismo na realidade brasileira, sendo elas o ideal de branqueamento e a ideia de democracia racial.

O branqueamento, analisa Hofbauer (2007), é uma ideologia que tem suas concepções remontadas a um discurso religioso medieval, em que o bem, o divino, o puro, eram associados ao branco, enquanto o negro representava o imoral, as trevas, a culpa. Essa ideologia já estava consolidada quando intelectuais como João Batista

4 Na obra *Toms, Coons, Mulattoes, Mammies & Bucks: An Interpretive History of Blacks in American Films* (1973), Donald Bogle reflete sobre os diferentes tipos de categorias estereotipadas dos personagens negros nas produções cinematográficas estadunidenses. Dentre eles, temos o “mulato trágico”, que apesar de possuir uma aparência mais branca devido à miscigenação, nunca atinge completamente o lugar na sociedade pertencente aos brancos, o que causa profunda angústia no personagem, resultando geralmente num final trágico.

Lacerda, Silvio Romero, Nina Rodrigues, entre outros, a defenderam e o governo brasileiro colocou em prática com o investimento em programas de imigração europeia maciça em meados do século XIX. É ainda possível supor que o fenótipo do protagonista de *O Mulato*, como um miscigenado com a aparência mais próxima aos brancos, tornava o personagem mais aceitável e provocava mais simpatia aos leitores do período de sua publicação.

O estereótipo é uma ferramenta ideológica que dificulta a diminuição dos preconceitos na sociedade. O seu falso aspecto de verdade absoluta e sua repetição nos mais variados contextos garantem um poder discriminatório permeado pelo senso comum que limita os seres humanos de acordo com algumas de suas características e desconsideram a complexidade individual e estabelece a manutenção das desigualdades sociais. O romance de Azevedo nos permite realizar uma análise do contexto histórico através da representação das dinâmicas sociais oitocentista, dessa forma podemos pensar nas razões pelas quais o preconceito racial permanece após mais de um século de distância e quais as diferenças entre os dois momentos históricos.

Considerações

O romance *O Mulato* de Aluísio Azevedo foi inovador ao tratar das relações raciais do século XIX no Brasil. A valorização da representação real na perspectiva naturalista e crítica do escritor nos fornece referências para analisarmos a situação dos sujeitos não brancos num contexto histórico um tanto distante, em meio a uma sociedade marcada pelo trabalho escravo.

Ao longo do presente trabalho é possível perceber as consequências do racismo para o personagem Raimundo. A forte presença da mestiçagem na sociedade brasileira após a colonização ibérica não foi convertida em maior harmonia entre os diferentes grupos raciais ou avanços significativos para a população mestiça do País, apenas mascarou as desigualdades existentes e desenvolveu mecanismos próprios para a subjugação e preconceitos, pois através dos mecanismos ideológicos dificultou as discussões raciais de maneira mais ampla na sociedade, camuflada na maioria das vezes pelo discurso da democracia racial.

Referências

AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. Maranhão: Typ. do Paiz, 1881. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000018282&bbm/4812#page/1/mode/2up>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

_____. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 2003.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávilla; Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1998, p.105-128.

CASTELLO, José Aderaldo. Aspectos do realismo-naturalismo no Brasil. **Revista de História**. ISSN São Paulo, v. 6, n. 14, p. 437-56, jun. 1953. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/35687>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

COSTA, Yuri. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. **Revista Brasileira De História & Ciências Sociais**, Universidade Federal do Rio Grande (FURG) v. 10, p. 241-263, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em Sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan./jun. 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Trad. Daniel Miranda e William Oliveira Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

HOFBAUER, Andreas. Ideologia do branqueamento - racismo à brasileira? In: **Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e desafios**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto vol. 2, 2002, p. 7-12. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7079.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

HOFBAUER, Andreas. Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: Zanini, Maria Catarina Chitolina. (Org.). **Por que "raça"?** Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na antropologia. Santa Maria: EDUFMS, 2007, p. 151-188.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo: vida e obra (1857-1913)**. Trad. Claudia Poncioni. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto (Org.). **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. p. 15-34.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

NOVAES, Sílvia Caiuby. **Jogo de espelhos**. São Paulo: EDUSP, 1993.

OLIVEIRA, Marcos Vinicius Ferreira de. O Mulato e o protagonismo da invisibilidade. In: **6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação e 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação**, 2015, Canoas. Anais Eletrônicos. 2015. Disponível em:
http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1428413824_ARQUIVO_OPROTAGONISMODAINVISIBILIDADEEMOMULATO.pdf> Acesso em: 28 mai. 2020.